

NEGÓCIOS NA PERIFERIA: COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS EM UMA COMUNIDADE CARIOCA NO CONTEXTO DAS SAÇÕES DE “PACIFICAÇÃO”¹

Lúcia Müller

Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Antropologia Social da Universidade de Brasília, Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC-POA). lucaam@terra.com.br

RESUMO

No decorrer dos últimos anos, algumas regiões da cidade do Rio de Janeiro foram alvo de intervenções do poder público que visavam a “pacificação”, isto é, a tomada do controle pelos agentes do Estado de territórios então dominados por organizações ligadas ao tráfico de drogas. A partir de um trabalho etnográfico realizado junto a uma dessas regiões foi possível perceber que, concomitante à implementação dessas ações, houve um incremento do comércio local de bens e serviços. O objetivo deste artigo é analisar as características desses empreendimentos econômicos e apontar as prováveis conexões entre o seu desenvolvimento e a presença/ausência/insuficiência do poder público naquela região. Também busco problematizar a definição das fronteiras entre legalidade/formalidade/legitimidade e ilegalidade/informalidade/ilegitimidade desses empreendimentos, considerando o ponto de vista de diversos segmentos da população local, bem como a visão de agentes do Estado e de instituições financeiras ali presentes.

Palavras-chave: Antropologia econômica; Políticas de Pacificação; Empreendedorismo.

¹ Este artigo foi desenvolvido a partir da participação na mesa “Mercados Contestados: as novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei” ocorrida no VII Encontro Nacional dos Estudos do Consumo (PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2014). Uma primeira versão do texto foi apresentada no 17º Congresso Brasileiro de Sociologia (UFRGS, Porto Alegre, 2015).

ABSTRACT

Business in poor urban areas: trade in goods and services in a slum in Rio de Janeiro in the context of the “pacification” actions

Over the recent years, some areas of the city of Rio de Janeiro were the target of government interventions aimed at ‘pacification’, that is, the taking of control by state agents of areas previously dominated by organizations linked to drug trafficking. An ethnographic study carried out in one of these areas showed that, concurrent with the implementation of ‘pacification actions’, the local trade in goods and services experienced a marked development. The objective of this article is to analyze the characteristics of those economic enterprises and to determine the possible links between their development and the presence/absence/failure of public authorities in that area. In addition, the definition of the boundaries between legal/regular/legitimate and illegal/irregular/illegitimate businesses is questioned, according to the perspectives of different segments of the local population, as well as of those of the local authorities and financial institutions present in the area.

Keywords: Economic anthropology; Pacification policies; Entrepreneurship.

Introdução

O aumento do consumo foi um dos principais motores do crescimento econômico experimentado pela sociedade brasileira durante a década de 2010. A elevação do nível de emprego, o incremento da oferta de crédito e o crescimento da renda da população, sobretudo dos segmentos que se encontravam nas camadas inferiores da pirâmide social (via aumento do valor do salário mínimo e dos benefícios sociais) são elementos fundamentais para explicar o processo de inclusão da população de baixa renda no mercado

de consumo ocorrido durante esse período. Fatores de ordem estritamente econômica não são, no entanto, suficientes para nos fazer compreender as especificidades envolvidas no processo de crescimento e de transformação das atividades comerciais em contextos urbanos que até muito poucos anos atrás eram vistos exclusivamente como locais de moradia de uma população pobre que participava apenas marginalmente dos mercados de trabalho e de consumo, e onde os empreendimentos comerciais, quando presentes, eram precários e funcionavam quase sempre à margem dos circuitos econômicos formais (controle do poder público, inclusão no sistema fiscal, acesso ao sistema bancário e ao crédito).

Este artigo pretende abordar e refletir sobre algumas especificidades do comércio voltado para a população de baixa renda, enfocando os empreendimentos econômicos que se instalaram recentemente em uma região da cidade do Rio de Janeiro que foi alvo das ações visando a “pacificação”, isto é, a tomada do controle pelos agentes do Estado de um território que era dominado por organizações ligadas ao tráfico de drogas. Na região que foi alvo do estudo, as intervenções “pacificadoras”, que tinham um caráter eminentemente militar e policial, foram acompanhadas por investimentos públicos em obras de infraestrutura de porte considerável.

No contexto de uma intervenção como a ocorrida naquela localidade, é compreensível que em seus discursos, as autoridades, a mídia nacional, e mesmo os moradores locais, buscassem estabelecer uma clara discriminação entre os indivíduos envolvidos em práticas consideradas criminosas, alvos legítimos, portanto, da ação militar, e os indivíduos que desenvolviam atividades consideradas legais ou, ao menos, legítimas, vistos como beneficiários das ações de intervenção. Entretanto, ao longo do trabalho de campo acabamos por reconhecer que na vida cotidiana daquela localidade acontece o mesmo que Telles e Hirata (2007), além de Misse (2006a e 2006b), descreveram em relação às práticas sociais vivenciadas em outras regiões da periferia das cidades brasileiras. Para caracterizar o que se passa nesses contextos, os autores citados recorreram à categoria de “bazar metropolitano”, proposta por Ruggiero e South (1997)

(...) se a situação brasileira tem que ser vista sob o ângulo dos processos transversais (e globalizados) que a atravessam, também é importante averiguar os modos de sua territorialização, em interação com contingências locais, história e tradições herdadas, assimetrias e desigualdades que lhes são próprias. E é nesse plano que a referência ao bazar contemporâneo também interessa, na medida em que propõe a escala urbana para a descrição das recomposições, redefinições e deslocamentos nas relações entre o informal, o ilegal e o ilícito ou, então, mais especificamente, as recomposições do ilícito em suas interações com as dinâmicas urbanas atuais (cf. Kokoreff, 2007). (Telles e Hirata, 2007, p.175)

A noção de “bazar metropolitano” coloca a ênfase na dinâmica das relações que são vivenciadas em territórios específicos, mas que estão profundamente implicadas em processos de escopo mais amplo (nacional, global), ajudando-nos a perceber como são constantemente redesenhadas as fronteiras entre legalidade/formalidade/legitimidade e ilegalidade/informalidade/ilegitimidade no que diz respeito aos empreendimentos e transações econômicas presentes nas regiões urbanas em questão.

No contexto histórico em essa pesquisa foi desenvolvida, a conexão entre o desenvolvimento do comércio de bens e serviços no espaço da favela e as ações do Estado são evidentes na medida em que políticas governamentais tiveram um papel fundamental na promoção do crescimento da renda dos estratos mais baixos da pirâmide social (via aumento do salário mínimo e políticas de distribuição de renda), que induziram o crescimento da oferta de empregos (obras de infraestrutura) e estimularam a oferta de crédito (orientado para a produção de renda e para o consumo), dirigida especificamente à população de baixa renda. Em âmbito estritamente local, as ações do poder público visando a “pacificação” minoraram o estigma que pesava sobre certas regiões urbanas identificadas como especialmente violentas, contribuindo, assim, para que elas se tornassem mais atrativas à presença física e ao investimento por parte de agentes econômicos exter-

nos, que passaram a enxergar os moradores dessas comunidades como potenciais clientes.

Na região que foi alvo desse estudo, o movimento de agentes econômicos externos em direção às favelas pode ser claramente percebido no processo de instalação de agências bancárias² no interior daquele território, no estabelecimento de filiais de redes de varejo, de criação de franquias de grandes empresas e na expansão de redes de representantes de produtos variados (de cosméticos a serviços de telefonia), etc. Mas, apesar do contexto ser favorável em termos econômicos e das mudanças de percepção em relação à violência, a aceitação da presença física desses agentes e o acesso deles aos moradores exigiu muitos esforços dos recém-chegados no sentido de adaptar seus produtos e suas linguagens ao padrão da população local, o que fez com que muitos deles procurassem o auxílio de mediadores que os ajudassem na relação com a população. Isso foi feito através do estabelecimento de parcerias com organizações que atuavam na região, com lideranças comunitárias e também com o envolvimento de moradores em suas atividades como representantes, agentes de vendas, agentes de crédito, etc.

A investigação também nos levou a perceber a existência de negócios que visavam o atendimento de demandas resultantes da ausência ou da insuficiência do Estado na vida daquela comunidade. A incapacidade de o Estado fazer com que a população moradora de certas regiões urbanas tenha acesso aos serviços mínimos garantidos por lei não é uma novidade, a falta ou precariedade desses serviços sendo, inclusive, um dos elementos que levam à classificação de determinados territórios nas categorias “favela” ou “periferia urbana”. A busca pelo atendimento dessas demandas é o que leva tradicionalmente a população dessas regiões a se organizar formal ou informalmente em entidades comunitárias e a buscar intermediários que facilitem o acesso aos serviços disponíveis ou que sejam capazes de pressionar o poder público em seu nome (lideranças comunitárias e religiosas, políticos, ONG’s que atuam na região). Nos territórios em que as organizações ligadas ao

² Sobre a implantação das agências bancárias na favela, ver Müller, 2014.

tráfico de drogas têm influência, os membros dessas organizações também costumam ser chamados a atuar no sentido de minorar carências sofridas por moradores.

Essas formas de procurar contemplar demandas continuam vigentes na região que foi alvo deste trabalho, sendo constantemente atualizadas e adaptadas a novos contextos econômicos e políticos. A novidade encontrada nessa investigação parece estar no fato de algumas dessas demandas, produzidas por políticas públicas que se mostraram incompletas ou ineficazes, serem contempladas através da criação de negócios que adaptavam ou criavam novos serviços dirigidos especificamente a essa população da favela.

Para compreender esses fenômenos, buscamos apoio nas ideias que Jane Guyer (2004) desenvolveu a partir de seus estudos sobre comércio na África Equatorial. Em “Marginal gains”, a autora busca demonstrar que o comércio se desenvolve justamente nos contextos em que a circulação encontra fronteiras, assimetrias, disjunções que segregam e fazem ser visto como incomensurável aquilo que está em jogo nas transações (pessoas, coisas, moedas, etc.). Segundo Guyer, o ganho se torna viável e passível de ser considerado justo na medida em que os negociantes forem capazes de realizar a tradução de significados e as conversões de escalas e de medidas de valor que tornam comensuráveis os objetos da transação, permitindo a negociação.

Ao se apresentar sob a forma de negócios legalmente estabelecidos, em muitos casos formalizados, e não como ajuda, prestações comunitárias, apadrinhamento, clientelismo, etc., o estabelecimento dessas novas modalidades de oferta de serviços na favela nos levou a levantar a hipótese de que os padrões que ordenam as práticas econômicas e políticas naquele território estariam num processo de mutação entre os modos tradicionais de compensação, os quais rendiam aos seus promotores (líderes e mediadores políticos) ganhos de natureza eminentemente política (Silva, 2011), e os novos negócios, que oferecem pontes e canais de acesso a esses bens e serviços em troca de ganhos econômicos.

Portanto, além das políticas que levaram ao crescimento da renda da população, das ações do poder público que propiciaram a abertura daquela

região para o mundo exterior e da ação de agentes econômicos externos que se engajaram na busca por novos consumidores, a manutenção das desigualdades sociais e a reconfiguração das fronteiras físicas e simbólicas que distinguem essa região dos demais territórios urbanos também aparecem como fatores que favoreceram o desenvolvimento do comércio na favela.

Mudanças na favela

A pesquisa de campo que fundamenta esse artigo foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2013³. Durante esse período foi possível acompanhar os desdobramentos das intervenções de agentes do Estado num bairro que foi formado ao longo do século XX, através da ocupação irregular do território por uma população que buscava emprego nas indústrias situadas nas proximidades. Até poucos anos atrás, essa região, que é denominada por seus próprios moradores como “favela”, “morro” ou “comunidade”, era completamente carente de serviços públicos e, em anos mais recentes (a partir do final da década de 1990), passou a ser vista como um lugar extremamente perigoso em razão da permanente disputa pelo controle do tráfico de drogas por organizações que dominavam a região, e em razão dos constantes conflitos entre essas últimas e a polícia.

A partir de 2007, o Estado se fez mais presente na região através da implementação de obras voltadas para a instalação de uma grande infraestrutura de transporte, da construção de conjuntos residenciais e da instalação de estruturas destinadas à prestação de serviços públicos (postos de saúde, escolas, centros culturais e esportivos). A partir de 2010, foram implementadas as ações que tinham como propósito a “pacificação” da região, isto é, a ocupação do território por forças do exército, num primeiro momento, e a subsequente instalação das Unidades Policiais Pacificadoras, as UPPs, responsáveis pelo patrulhamento permanente da região a longo prazo.

³ Essa pesquisa fez parte do projeto de estágio Pós-doutoral realizado junto Núcleo de Pesquisa em Cultura e Economia - NuCEC do PPG em Antropologia Social da UFRJ/Museu Nacional

Durante a realização das observações foi possível perceber que as ações de “pacificação”, ou de “ocupação”, como também eram chamadas, eram vistas de forma positiva pela população local na medida em que propiciaram a abertura da comunidade para o resto da cidade, fazendo com que o estigma de território perigoso fosse amenizado. Depois dessas ações, a região passou a ser muito frequentada por autoridades políticas, por celebridades, turistas... e por pesquisadores (“se a ocupação não tivesse acontecido, você não estaria aqui” foi o que ouvi de diversos moradores). A partir da “pacificação”, agências bancárias foram abertas no interior da favela e até os professores da rede pública de ensino passaram a ver a escola local como uma boa alternativa para a sua alocação. A percepção de que a região se tornara mais segura justificava-se pela diminuição dos tiroteios, que deixaram de ser cotidianos como acontecia antes das operações policiais. Por outro lado, dizia-se que, a partir da “pacificação”, cresceu a ocorrência de roubos a moradores e a estabelecimentos comerciais locais, prática que anteriormente era constrangida pelas organizações criminosas que dominavam o território.

Embora fizessem parte de políticas de âmbito federal (Programa de Aceleração do Desenvolvimento – PAC) e de programas e ações levados a cabo pelos governos locais (estadual e municipal) visando a melhoria no acesso aos recursos urbanos por parte das populações residentes nas regiões consideradas marginalizadas, o investimento em infraestrutura e as ações voltadas para a “pacificação” nas favelas do Rio de Janeiro foram apresentadas pelos organismos governamentais como fazendo parte do esforço de preparação da cidade para a realização da Copa de futebol da FIFA, ocorrida em 2014, e das Olimpíadas, programadas para o ano de 2016. A população local, por seu turno, via a atuação do poder público na região como motivada exclusivamente pela ocorrência desses eventos esportivos internacionais. Por isso mesmo, ela temia que a mesma tivesse curta duração. A expectativa era de que, ao término dos eventos, tudo voltasse ao padrão anterior. Como forma de se precaverem relação a essas perspectivas, os moradores procuravam não se comprometer totalmente com as condições criadas pelas intervenções do Estado, já que elas poderiam ser revertidas, principalmen-

te no que diz respeito à presença da força policial e à apregoada expulsão das organizações que atuavam no tráfico de drogas. “Eu me dou com todo mundo”: essa foi uma frase muito ouvida ao longo do trabalho de campo e que expressava claramente esse temor. Através dela, as pessoas tentavam se apresentar como quem não tinha problemas em se relacionar com a polícia, mas também como quem não tinha razões para se indispor com moradores ligados a atividades ilegais, os quais poderiam, a qualquer momento, voltar a dominar a cena⁴.

Apesar de haver frequentes demonstrações de boa vontade e gestos de gentileza, podia-se perceber a predominância de um forte receio por parte dos moradores em relação aos policiais que atuavam na região. Nas vias principais da comunidade, era praticamente impossível ignorar a presença constante desses agentes cuja esmagadora maioria era formada por homens brancos, muito jovens, vestidos de preto da cabeça aos pés e que andavam sempre em grupo, empunhando armas pesadas. No entanto, no cotidiano, eles eram tratados como sombras ambulantes para as quais ninguém olhava de forma direta e com quem se evitava estabelecer uma conversação, a não ser quando solicitado. Ao longo do trabalho de campo, por diversas vezes fui aconselhada a manter-me distante dos policiais, sob pena de passar a ser evitada pelos moradores. Se, por acaso, algum policial entrasse em um estabelecimento comercial para solicitar um produto ou serviço, ou se parasse na rua para brincar com uma criança, criava-se um clima de constrangimento e apreensão entre os presentes.

Até a ocupação do território pelas forças policiais, o comércio formal existia, mas não era tão desenvolvido na região. Em compensação, um grande volume de dinheiro entrava na comunidade através do tráfico e, como não havia muitas opções para o uso ou investimento desses recursos além do con-

⁴ Nessa postura podemos identificar alguns elementos similares aos que Silva e Leite encontraram em seu estudo sobre o que “os favelados dizem quando falam de violência, crime e polícia”: “Uma conclusão geral sobre as críticas dirigidas à violência criminal caminha na mesma direção das críticas à atuação dos policiais. Não é propriamente nem o crime nem a violência que organizam o discurso crítico, mas sim, como se viu nos relatos analisados, a interferência desta forma de vida sobre o fluxo rotineiro da vida nos territórios das favelas.” (Silva e Leite, 2007, p. 276.).

sumo, sua disponibilidade produziu uma significativa demanda por produtos e serviços que eram entregues ou prestados à domicílio a preços muito acima dos praticados em outras regiões da cidade. Segundo depoimentos, muitos habitantes locais tinham esses circuitos informais como fonte de renda e muitos outros usufruíam de forma indireta da circulação do dinheiro que essas atividades produziam. A expulsão dos grandes operadores do tráfico extinguiu essa fonte de recursos, fazendo com que os negociantes que operavam nesses circuitos tivessem que buscar outras formas de obtenção de renda.

Uma das alternativas que se fizeram disponíveis na época foram as obras financiadas pelo PAC, que criaram muitos empregos no local e nas regiões próximas, em atividades ligadas à construção civil. Algumas dessas obras, sobretudo aquelas relacionadas à melhoria da mobilidade urbana, modificaram o traçado das vias que cruzavam a comunidade e produziram novas configurações do território (alargamento das vielas, criação de largos, praças e galerias), renovando os espaços existentes e criando novos espaços destinados ao comércio. Nesses espaços foram reinstalados negócios que já funcionavam anteriormente, mas que tinham sido desalojados justamente em função das obras. Muitos novos empreendimentos também foram criados.

A abertura da comunidade para o restante da cidade, principalmente para os bairros mais próximos, também estimulou o estabelecimento de negócios criados por quem retornava à região, encerrando uma espécie de “exílio” provocado por experiências relacionadas com a violência dominante até então, e também por empreendedores que vieram de outros bairros ao perceberem como positivas as perspectivas econômicas que se apresentaram com as mudanças ocorridas.

A economia enraizada socialmente

Todos os fatores acima elencados ajudam a explicar a vitalidade do comércio em funcionamento na época que a pesquisa foi realizada. Além de mercadinhos e botecos cuja presença é comum em favelas, ao transitar nos principais circuitos internos àquela comunidade encontrava-se uma grande variedade de pontos de comércio: padaria, farmácia, atacado de produtos

alimentícios, supermercado, lojate materiais de construção, de roupas, de colchões, de óculos, de produtos de limpeza e utensílios de plástico, de filtros de água, de perfumes e cosméticos, de artesanato, de artigos religiosos, de complementos nutricionais. Havia, também, uma infinidade de prestadores de serviços com espaços fixosestabelecidos: moto-taxi, representante de TV por assinatura, chaveiro que também consertava máquinas de lavar roupas, local de venda e consertos de aparelhos de ar condicionado, oficina em que se comprava, consertava e vendia eletrodomésticos, loja de videogames, aparelhos de TV e de DVD, loja de computadores e de artigos de informática que também funcionava como *lan house*, loja de aparelhos celulares, prestadora serviços fotográficos, gráficos e de organização e decoração de festas, papelerias que também ofereciam serviços de fotocópias e consultas via internet, realização de pequenas pesquisas para estudantes, elaboração de currículos, obtenção de segunda via de contas de energia, de serviços de telefonia celular ou de cartões de crédito, serviços de despachante, obtenção de negativas de vários tipos (SPC, Serasa, justiça, polícia, etc.), contratação de serviços de telefonia fixa de várias operadoras, venda de planos de saúde e de atendimento odontológico oferecidos por diversas empresas de grande porte e contratação de empréstimos fornecidos por diferentes bancos. Em vários desses estabelecimentos encontravam-se afixados anúncios de revendedoras (“consultoras”) de produtos das marcas Natura, Avon, O Boticário, L’acqua diFiore, etc.

Muitas das lojas anunciavam aceitar pagamentos com cartões de crédito. Duas agências bancárias e uma agência lotérica estavam em funcionamento na região. Duas grandes empresas de seguro também tinham escritórios fixos. Além disso, novas atividades de comércio volantes estavam sendo constantemente criadas (feiras, barracas, ambulantes, prestação de serviços a domicílio) e diversas modalidades informais de fornecimento de crédito estavam em pleno vigor (cadernos, parcelamento, sistemas de trocas de serviços, etc.).

Mas a sustentabilidade dos negócios estabelecidos, tanto por moradores locais quanto por empreendedores externos à comunidade, não era

apenas uma questão de desempenho econômico. Ela dependia, e muito, da aceitação dos comerciantes por parte de seus pares locais. Eles tinham que ser reconhecidos como pertencentes ao “pedaço”, no sentido proposto por Magnani (1996), isto é, fazerem parte das redes de trocas locais, nas quais os laços de parentesco tinham um papel muito importante, ou integrarem circuitos tais como os formados pelos frequentadores das inúmeras igrejas de confissão evangélica pentecostal presentes na região. Conforme me foi dito: “se quiserem, ‘eles’ expulsam o comerciante”, caso ele não for aceito pela comunidade.

Essas formas mais tradicionais de estabelecimento de conexões e de construção de laços de pertencimento se articulavam claramente com circuitos formais de vendas, como os formados pelas revendedoras (“consultoras”) de produtos cosméticos fornecidos por grandes empresas nacionais e multinacionais (Natura, Avon, etc.). Essas últimas estavam em toda parte, mas era possível perceber que, em sua atividade comercial, não concorriam diretamente entre si pois cada uma tinha a sua rede de clientes formada por familiares, por grupos de afinidade religiosa, etc. A clientela era mantida por compromissos que dependiam da manutenção de relações de caráter pessoal e da troca de favores. A fidelidade dos clientes implicava outros circuitos de negócios, já que as revendedoras se viam na obrigação de consumir os produtos e serviços que lhes eram oferecidos por suas clientes, também vendedoras e prestadoras de serviços. Assim, a disseminação da atividade de revenda desse tipo de produto entre moradores da favela (em sua maioria mulheres) propiciava uma presença capilar das empresas fornecedoras e, ainda, uma afinidade com a clientela que dificilmente seria obtida de outra forma. Essas “consultoras” também agiam como fornecedoras de crédito para as suas clientes, na medida em que negociavam formas de pagamento de maneira muito flexível, o que não raramente comprometia sua margem de lucro, embora garantisse a continuidade do negócio e das relações. Em alguns casos, as revendedoras usavam o lucro obtido com a venda dos produtos de uma marca para financiar suas clientes na compra dos produtos de outra marca, a qual também apresentavam.

Na presença de filiais (franquias) ou de revendedores de produtos fornecidos por empresas de grande porte (cosméticos, colchões de mola, serviços de telefonia e TV por assinatura, seguradoras), além do funcionamento de lojas e consultórios que ofereciam produtos e serviços que até muito recentemente eram de consumo exclusivo da classe média (óculos escuros, aparelhos ortodônticos, planos de saúde, por exemplo), encontramos a evidência de mudanças significativas nos padrões de renda e de consumo daquela população. O fato de grande parte das lojas presentes na região aceitarem o pagamento através de cartões eletrônicos de débito e de crédito, das agências bancárias (cujos agentes eram recrutados entre moradores) terem um bom desempenho comercial via oferecimento de microcrédito e a presença de diversos agentes fornecedores de crédito pessoal colocam em evidência a disseminação do uso dos instrumentos financeiros e do crédito por parte daquela população. O fornecimento, por parte de vários estabelecimentos, de negativas de registro nos cadastros de inadimplentes (SPC⁵ e SERASA⁶), obtidas via internet a 10 reais por cada consulta, e a referência, constante nas conversas, à existência de advogados especializados em causas contra as operadoras de celulares também apontam para a experimentação, por parte dos moradores daquela região, dos benefícios e das mazelas que fazem parte da vida dos integrantes da chamada sociedade de consumo.

Para completar, pudemos vislumbrar uma infinidade de negócios ilegais que se expunham sem muitos pudores, convivendo com modalidades legais e formais de empreendimentos. Além do tráfico de drogas, que nunca cessou totalmente e que era feito às claras, embora discretamente e em pequena monta, existiam outros negócios muito visíveis, como a frota, em grande parte clandestina, de vans e motos que subiam e desciam os morros da região transportando seus habitantes, as lojas onde se podia comprar, consertar e revender celulares e eletrodomésticos roubados, a oferta pública (através de alto-falantes) do serviço de quebra de bloqueio de aparelhos

⁵ SPC: Serviço de Proteção ao Crédito.

⁶ Serasa Experian é uma empresa privada multinacional que oferece a empresas serviços de informações e ferramentas de análise para o gerenciamento de risco de crédito e a prevenção de fraudes.

celulares, oferta de serviços de instalação de “gatos” de todos os tipos: energia, TV a cabo, o sistema organizado de compra e revenda de passes de transporte, etc.

Demandas “contestáveis”

Em meio à “efervescência” empreendedora encontrada durante o trabalho de campo, alguns negócios chamaram a atenção em razão da forma com que a demanda por seus produtos ou serviços era constituída. A seguir, serão descritos alguns deles.

Em primeiro lugar, o serviço de entrega de correspondência a domicílio mediante assinatura que estava em processo de implantação na época em que a pesquisa foi realizada. Sendo formada por ocupações originalmente ilegais, as favelas não têm suas ruas oficialmente registradas, por isso, o recebimento da correspondência, assim como a comprovação do endereço, sempre foi um problema para quem mora nessas regiões. Os agentes dos Correios, por sua vez, driblam esse problema entregando a correspondência nas associações de moradores, em algum ponto comercial que seja considerado referência na região ou, ainda, na casa de alguma liderança local. No entanto, nesse processo muitos documentos se perdem e não há como reavê-los ou a quem recorrer para reclamar.

O serviço de entrega de correspondência por assinatura que estava em implantação era similar ao que fora montado em outra favela da cidade. Originalmente seus criadores basearam-se no mapeamento da região que fora produzido por pesquisadores do IBGE quando da realização do último Censo Nacional. Mais tarde, com a orientação do SEBRAE⁸ ele foi configurado como uma franquia, o que o tornou “exportável” para outras regiões.

Quem estava abrindo esse negócio na comunidade pesquisada era um morador que pode ser considerado o protótipo do empreendedor: já tinha sido cabelereiro, durante algum tempo mantivera uma agência de anún-

⁷ Uso o termo para dialogar com a noção de “mercados contestados” proposta por Philippe Steiner e Marie Trespeuch (2014).

⁸ SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

cios classificados para a internet, naquele período, era sócio de uma grife que produzia camisetas estampadas com temas do mundo da favela e que vendia seus produtos através internet. Ao longo de sua trajetória esse jovem frequentou todo o tipo de atividades comunitárias e de formação às quais teve acesso. Participou do Observatório das Favelas, da Escola de Popular de Comunicação Crítica, do trabalho realizado naquela comunidade por estudantes de arquitetura de Harvard, entre outros. Através do envolvimento nessas atividades e circuitos, ele teve a oportunidade de viajar para várias cidades do Brasil e estabelecer contato com autoridades políticas e lideranças de movimentos sociais. Além de relatar detalhadamente a sua trajetória, ele fazia questão de comprová-la através da exibição de fotos (guardadas em seu laptop) que registravam sua presença nos eventos que considerava serem os pontos fortes de seu currículo.

Apesar da troca de correspondência pessoal via correio estar em franca extinção, os processos atualmente em andamento nas periferias das cidades brasileiras criaram novas e importantes demandas para esse serviço. Uma delas está relacionada ao processo de formalização do fornecimento de energia elétrica que, na comunidade estudada, ocorreu concomitantemente às operações de “pacificação”. Até então, em grande parte das casas a energia era obtida através de ligações clandestinas (“gatos”). Mas, durante o período da observação, todos os dias era possível encontrar operadores da empresa fornecedora trabalhando no alto dos postes ou na frente das casas, instalando relógios medidores do consumo de energia. A partir da instalação desses equipamentos, as contas de luz deveriam começar a chegar nas casas, mas isso nem sempre acontecia, o que acarretava atrasos no pagamento, cobranças de multas e suspensão do serviço, etc. E mesmo quando as contas encontravam seus destinatários, muitos problemas eram constatados, pois não era incomum os técnicos (que eram terceirizados) ligarem a fiação de diversas residências em um só relógio (poderíamos chamar isso de “gatos oficiais”). Então, acontecia de pessoas que até então nunca tinham pago uma única conta de luz recebessem, de uma hora para outra, contas com valores considerados astronômicos. A companhia fornecedora tentava contornar o problema

fazendo mutirões de atendimento na região para que a população pudesse questionar o valor das contas, mas nem sempre a solução era simples ou efetiva. De qualquer forma, o principal problema era a insegurança no que diz respeito ao recebimento das faturas, o que também acontecia com as faturas de telefones fixos, decelulares pós-pagos e decartões de crédito.

A falta de acesso às faturas gerou a demanda por um outro serviço: o de obtenção da segunda via das contas através da internet, um recurso ainda era pouco acessível à população local. Para suprir essa demanda, muitos estabelecimentos ofereciam esse serviço por um preço muitas vezes desproporcional ao valor das faturas, o que acabava por tornar a assinatura da entrega de correspondência a domicílio relativamente barata.

Outro negócio cuja presença na favela que pode surpreender é o de seguros, um produto que a classe média brasileira está longe de incorporar à categoria de necessidade básica. Os agentes que atuavam naquela região representavam seguradoras vinculadas instituições financeiras de grande porte. Sua atuação era discreta e eles demonstravam ter muito cuidado no trato com a população, buscando, num primeiro momento, o estabelecimento de uma relação de confiança através da presença física de seus representantes e do estabelecimento de escritórios fixos em lugares com grande visibilidade.

Uma das modalidades de seguros mais vendidos na favela era o seguro de acidentes pessoais, uma exigência legal para quem ocupa o cargo de estagiário⁹. De fato, naquela região existia um enorme contingente de jovens com o perfil do público alvo das políticas voltadas para a formação profissional, via estímulo à contratação de jovens aprendizes.

Segundo o Boletim da Aprendizagem Profissional 2013, emitido pela Secretária de Políticas Públicas de Emprego do MTE, no período de 2008 até 2013, houve um aumento no número de contrata-

⁹ De acordo com o artigo IV, capítulo III, da lei n. 11.788, de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, é obrigação do concedente do estágio “contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso”.

ção de aprendizes, em 2008 foram 134.001 admissões, e em 335.809 admissões do ano de 2013, que representam apenas 27,13% do potencial de contratos de Aprendizagem de 1.237.760 tomando como referência a cota mínima de 5% estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (Sgorla, 2015, p.81).

Pela legislação, quem participa desse tipo de programa tem a garantia de alguns benefícios (acesso a orientação pedagógica, carga horária de trabalho reduzida para garantir a continuidade das atividades escolares) mas também se submete a desvantagens significativas em relação aos trabalhadores formais, a principal delas sendo a não obrigatoriedade do pagamento da previdência social, o que, em tese, é compensado pela obrigatoriedade da contratação de um seguro contra acidentes pessoais. O crescimento da oferta de vagas de trabalho para jovens sob o regime de estágio e a obrigatoriedade do seguro para quem exerce essa atividade criou uma nova demanda por esse produto e aumentou a familiaridade desse público com os seguros pessoais, algo que foi prontamente identificada pelas grandes empresas seguradoras. Um dos produtos desenvolvidos com foco nessa clientela era o seguro contra acidentes pessoais com validade de 30 dias. Além da cobertura contratada, essa modalidade de seguro dá direito a prêmios em dinheiro que são concedidos aos segurados cujas cartelas detêm os números sorteados pela Loteria Federal.

Outro tipo de seguro que tinha grande demanda na favela era o seguro-funeral. Embora o assunto fosse delicado, depois de algum tempo de contato, era comum que entrasse na pauta das conversas com moradores, e também com os corretores de seguros, a temática do “como era antes” [das ações de “pacificação”] e, a partir dela, surgissem relatos sobre a morte de familiares, às vezes mais de um, resultante dos conflitos armados entre as facções que dominavam o tráfico, e também relatos sobre mortes atribuídas à ação da polícia. Além de estar muito presente na vida daqueles indivíduos como uma experiência emocional traumática, a morte também era vista como um problema muito concreto e aflitivo pois as famílias que detinham poucos recur-

os econômicos tinham também muitas dificuldades em acessar os serviços públicos para realizar o funeral de seus parentes falecidos. Em muitos casos, elas precisavam acionar vizinhos ou recorrer à associação de moradores para conseguir auxílio. Essas dificuldades é que explicam o fato de o carro chefe dos produtos vendidos pelos agentes que atuavam naquela região ser o seguro-funeral. Segundo os folhetos de divulgação de uma das seguradoras, pagando 13 reais por mês, o cliente garantiria para si e para os demais membros de sua família (cônjuge e filhos) a realização do funeral e recebimento de seis cestas básicas no valor de 100 reais cada uma. Além disso, a seguradora anunciava o fornecimento de assistência psicológica para os parentes do falecido. Para mediar sua aproximação com os moradores e oferecer seus serviços, um dos representantes das companhias que vendia seguro-funeral fazia-se acompanhar por agentes públicos de saúde que atuavam na região.

Por fim, temos o caso da costureira, ex-funcionária de uma fábrica de confecções e ex-moradora do bairro que voltou à região depois da “pacificação” para participar das atividades de um grupo de “economia solidária”. Durante a semana, ela passava os dias em uma pequena loja cujo uso era cedido pela prefeitura da cidade para a comercialização dos produtos confeccionados pelos participantes do grupo (roupas, bijuterias e peças de decoração produzidas de forma artesanal). Além desse trabalho “voluntário” ela também usava o espaço e os equipamentos de trabalho (máquina de costura) para realizar pequenos serviços de conserto de roupas. Nos finais de semana, ela também vendia os produtos que elaborava (enfeites, acessórios e peças de roupas com estilo individualizado) em diversas feiras que aconteciam na região.

Segundo seu próprio relato, depois de quatro anos de tentativas frustradas, a costureira conseguiu entrar para o curso de administração de empresas em uma universidade pública, através das políticas de cotas raciais. Seu curso funcionava sob formato semipresencial, com aulas e atividades virtuais (via internet) e aulas presenciais que aconteciam apenas nos sábados pela manhã na sede que a faculdade mantinha em outra favela que ficava muito distante da sua casa. Numa certa ocasião, a faculdade promoveu

um evento que reuniu todos os alunos matriculados no curso de administração (turmas do curso virtual que funcionavam na favela e turmas do curso convencional que funcionavam no campus oficial da universidade). Esse encontro serviu para que a costureira-estudante percebesse que seus colegas de faculdade eram muito diferentes entre si. Se mostrando contrariada, contou não ter encontrado ninguém “como ela” nas turmas convencionais: mais velha (tinha 30 anos), negra e moradora da favela. A partir de então, se deu conta de que “gente como ela” só tinha direito a uma “educação de segunda-classe”. Como estava tendo muita dificuldade em acompanhar e dar conta do conteúdo de algumas matérias através da modalidade virtual, ela procurou uma professora que morava em um bairro próximo e ministrava aulas de reforço a turmas de estudantes que, como essa universitária, não conseguiam seguir o curso sem um apoio extraclasse. Cada um deles pagava à professora 100 reais por mês por três aulas de matemática por semana.

Algumas conclusões

Pelo que foi descrito acima, vemos que na favela se encontram negócios que se formaram através de combinações e arranjos entre circuitos legais e ilegais, formais e informais; negócios que estão profundamente enraizados em redes de relações sociais locais, ao mesmo tempo em que participam de circuitos muito amplos, e mesmo globais; negócios de natureza informal e que funcionam de forma tradicional, outros que articulam essas formas tradicionais com circuitos mais formalizados e burocratizados. Por fim, observamos o surgimento de negócios resultantes das intervenções externas ocorridas recentemente naquela região cuja existência estava diretamente relacionada com a implementação de políticas públicas.

Em diversos casos, as demandas atendidas pelos novos negócios foram fruto exatamente da precariedade ou da incompletude das políticas públicas e da impossibilidade daqueles que se encontram “nas margens do Estado” (Das e Poole, 2008) acessarem plenamente os serviços que lhes são de direito. Inspirando-me livremente em Jane Guyer (2004), creio ser possível pensar que as oportunidades para a criação desses negócios se formaram exatamente

te a partir dessas fronteiras ou disjunções, isto é, das discontinuidades que impedem que essa população tenha o acesso pleno a bens e serviços públicos cuja superação exige a atuação de agentes mediadores.

Até pouco tempo atrás, essa mediação era exercida quase que exclusivamente pelos chefes do tráfico, pelas lideranças comunitárias, pelos políticos que facilitavam o acesso de seus afiliados aos serviços ou que defendiam as demandas locais junto ao poder público. Mais recentemente, as ONGs também passaram a desempenhar esse papel. Através de sua atuação, esses mediadores ganham prestígio, exercem poder, acumulam capital político. Mas, como pudemos perceber através da etnografia, atualmente, algumas dessas demandas estão sendo contempladas por negócios legais e, muitas vezes, formais que têm por objetivo gerar renda ou lucro a seus empreendedores.

Podemos questionar se a existência desses negócios implica, ou não, um avanço em termos de justiça social, na medida em que essa oferta de produtos e serviços pode ser vista como uma nova configuração, agora monetária, do ônus que os habitantes das favelas têm que pagar para acessar aquilo que a sociedade, ao menos formalmente, pressupõe como direito. Mas não podemos deixar de reconhecer que se trata de uma mudança significativa em termos da realidade brasileira o fato de que negócios (formais ou apenas legais) estejam cada vez mais presentes entre os mecanismos que os moradores das favelas usam para transpor as fronteiras que impedem ou que dificultam seu acesso a bens e serviços que outros grupos sociais, em outros territórios, classificam como direitos mínimos ou como necessidades básicas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. DAS, V.; POOLE, D. El estado y su márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*. n. 27, p. 19–52, 2008.
2. GUYER, J. Marginal gains: monetary transactions in Atlantic Africa. Chicago: Chicago University Press, 2004.
3. MAGNANI, José Guilherme. Quando o Campo é a Cidade: fazendo antropologia na metrópole. In *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Editora da USP/FAPESP, 1996.

4. MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In: *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006a. p.179-210.
5. MISSE, M. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. In Misse, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006b. p.211-28.
6. MÜLLER, L. Bancos na favela: estudo sobre a relação entre agências bancárias e os moradores de uma região urbana alvo de políticas de “pacificação”. *Anais ANPOCS*, Caxambu, 2014.
7. RUGGIERO, V.; SOUTH N. The late city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the barricades. *The British Journal of Sociology*, v.48, n.1, pp.54-70,1997.
8. SGORLA, A. F. *Descentralizando políticas, profissionalizando jovens: um estudo do Programa de Aprendizagem Profissional*. Porto Alegre, PG Ciências Sociais, PUCRS, 2015. (Dissertação de Mestrado).
9. SILVA, Luiz Antônio M. da. A política na favela. *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, vol. 4, n.4, pp. 699-71, out/nov/dez 2011.
10. SILVA, Luiz Antônio M.; LEITE, Marcia P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007
11. STEINER, P.; TRESPEUCH, M. (Dir.). *Marchés contestes: quando le marché reencontre la morale*. Toulouse, Presse Universitaire du Mirail, 2014.
12. TELLES, V; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos avançados*, v. 21, n.61, 2007.